

Trabalho apresentado no 13º CBCENF

Título: ACESSIBILIDADE E DIREITOS DOS USUÁRIOS DE SAÚDE DA FAMÍLIA NA VISÃO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Relatoria: AYDWLHA MONIQ BARBOSA DE SANTANA

Autores: Alan Dionizio Carneiro

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Multiprofissionalidade e democracia

Tipo: Pesquisa

Resumo:

O Programa Saúde da Família constitui-se além de um serviço de saúde, uma estratégia de reorientação do sistema de saúde público brasileiro, privilegiando as ações de promoção e proteção à saúde do usuário, família e comunidade de forma integralizada, conquistada por meio da acessibilidade e da proteção dos direitos dos usuários da saúde. Desta forma este estudo teve como objetivos: compreender a visão da equipe multiprofissional sobre os direitos dos usuários enquanto integrantes da área de abrangência de uma unidade de saúde da família, sob a ótica da acessibilidade. Trata-se de um estudo exploratório que envolveu 17 profissionais de saúde, que estavam atuando na Estratégia Saúde da Família no Município de Cuité, destacando que para a análise dos dados foi utilizada a técnica do discurso do sujeito coletivo. Acessibilidade pode ser considerada como uma ferramenta administrativa de aferição da qualidade do serviço, bem como um instrumento de cidadania nos serviços públicos a fim de disponibilizar, ampliar, ou melhorar um serviço em um dado ambiente de saúde por exemplo. Enquanto integrante da área de abrangência, segundo o discurso do sujeito coletivo (DSC), reflete à idéia central 01 concernente ao questionamento sobre os direitos dos usuários possuem, evidenciou-se a acessibilidade como um direito Primípero e universal para integralidade de serviços e ações de saúde. Inicialmente, pela diversidade de profissionais que integram a unidade. Na segunda questão na idéia central 2, menciona direito de ser respeitado em sua autonomia e à participação. Neste sentido, um atendimento que respeita a autonomia do usuário perpassa por um atendimento com ordem e organização, com qualidade e sem discriminação. No que concerne a participação social e a democracia participativa, os gestores municipais, estaduais e federais tem a obrigação de fortalecer a participação social. Esse fortalecimento da participação popular nas decisões de saúde publicas permite avanços na universalização e equalização dos serviços, garantindo assim a acessibilidade aos serviços de saúde e ampliando o acesso aos serviços de atenção básicas. Deste modo garantido a cidadania do usuário da unidade básica de saúde. Diante disto, esse trabalho veio a contribuir para o enriquecimento sobre como os profissionais de Unidade de Saúde da FaFamília, compreende os direitos dos pacientes segundo a ótica da acessibilidade, na tentativa de instigar interesse sobre o assunto.